



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

A biografia de Júlio César e os riscos do poder absoluto: Suetônio e a política romana em tempos de Adriano (século II d.C.)

André Luiz Leme¹

Resumo: No presente artigo vamos desenvolver uma análise a respeito da obra “A Vida dos Doze Césares”, escrita por Caio Suetônio Tranquilo (69 – após 121/22 d.C.) em inícios do século II d.C. Tendo por objeto específico de análise a biografia de Julio César, propomos investigar as principais características da construção narrativa de Suetônio, avaliando o modo como este escreveu e ponderou, de modo positivo ou negativo, sobre tal personagem do passado. Na sequência, problematizaremos essa visão do autor, buscando a compreensão dos possíveis motivos que levaram ele a escrita de seu trabalho. Como hipótese, sugerimos que Suetônio escrevia ao mesmo tempo em que refletia sobre as circunstâncias políticas que ocorriam no momento de transição entre os principados de Trajano (53 – 117 d.C.) e Adriano (76 – 138 d.C.), em 117 d.C.

Palavras-chave: Suetônio; A Vida dos Doze Césares; Imperador Adriano.

Abstract: The present article contemplates an analysis of the work "Lives of the Caesars", written by Gaius Suetonius Tranquillus (69 - after 121/22 AD) at the beginning of the second century AD. Having as specific object of analysis the biography of Julius Caesar, we propose to investigate the main characteristics of the narrative construction of Suetonius, evaluating the way in which he wrote and pondered, in a positive or negative way, on such a character of the past. In the sequence, we will problematize this view of the author, seeking an understanding the possible reasons that led him to write his work. As a hypothesis, we suggest that Suetonius wrote at the same time he was reflecting on the political circumstances that occurred at the time of transition between the principalities of Trajan (53 - 117 AD) and Hadrian (76 - 138 AD), in 117 AD.

Keywords: Suetonius; The Life of the Twelve Caesars; Emperor Hadrian.

Aos estudiosos da Antiguidade Romana, a importância de *A Vida dos Doze Césares*, obra composta por Caio Suetônio Tranquilo (69 – após 122 d.C.) em inícios do século II d.C., reside especialmente na dimensão de seu escrito e no recurso à escrita biográfica. Nela, Suetônio apresenta uma variedade de informações a respeito de importantes personagens do universo político romano dos séculos I a.C. e I d.C., dentre os quais encontramos os singulares Júlio César, Octaviano Augusto, Calígula, Nero e Vespasiano.

¹ Doutor em História Antiga pela Universidade Federal do Paraná. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa ‘Estudos em História Intelectual’ (CNPq). Membro do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (CNPq). Email: andreluizleme@yahoo.com.br

Diversos pensadores como Eugen Cizek (1977), Andrew Wallace-Hadrill (1984) e, mais recentemente, *José Luís Lopes Brandão (2009) contribuíram ao longo dos anos para a evolução do campo de conhecimento a respeito do trabalho de Suetônio, vislumbrando e refletindo a respeito de suas características. Não menos importantes são os pesquisadores brasileiros, redescobrando o personagem em recentes dissertações, teses e artigos diversos. Por exemplo, destacamos aqui a dissertação de mestrado escrita por Eduardo Silva Maia, intitulada *Ficção e História em De Vita Caesarum de Caius Suetonius Tranquillus*, defendida no ano de 2007 na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais; e a tese de doutorado de Aldo Eustáquio Assir Sobral, *Suetônio revelado: o texto narrativo biográfico e a cultura política em 'As Vidas dos Doze Césares'*, defendida em 2007, no Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seguimos aqui essa tradição de análise crítica a respeito da obra de Suetônio, sempre buscando renovar o debate. Compreender a inteligibilidade da obra em sua época, bem como os possíveis interesses do autor em sua composição, ainda são os nossos principais desafios.*

Suetônio, participante do grupo equestre², consagrado retórico e advogado de seu tempo, atuou no corpo da administração romana no período entre os séculos I e II d.C. Consequentemente, aproximou-se das várias circunstâncias políticas que envolveram os governos de Trajano (53 – 117 d.C.) e Adriano (76 – 138 d.C.). Tendo esse panorama em mente, *A Vida dos Doze Césares* poderia muito bem ser considerada uma proposta de intervenção, de um ponto de vista intelectual, no universo do pensamento político romano daquela época. José Brandão (2006, p. 146) aponta que o interesse de Suetônio em demonstrar claramente as qualidades de caráter de cada um dos biografados veio em detrimento da cronologia; esta, aliás, acabou assumindo um papel secundário na obra. Ou seja, o juízo moral de Suetônio permeia todo o desenvolvimento de sua escrita, e por esse motivo seu texto não pode ser considerado um relato imparcial ou isento de críticas aos diversos feitos e comportamentos dos biografados³.

Em nosso entendimento, torna-se um interessante caminho de análise para a obra de Suetônio um exercício de interpretação sobre cada uma das vidas ali presentes, de modo que possamos identificar quais aspectos ele, notadamente, aprovava ou criticava em relação aos “césares”. Consequentemente, por meio desse rastreamento, contemplamos as principais

² São os chamados “homens novos” ou “equestres”. Parte subjacente do que poderíamos considerar a “nobreza” ou “aristocracia” romana, os equestres foram os homens que conseguiram enriquecer no decorrer do processo de expansão romana, ganhando poder econômico e projeção política. Suetônio, pertencendo especificamente a esse grupo social, não poderia ascender diretamente ao curso das honras, mas nada o impedia de participar da administração pública, como funcionário de alguma repartição.

³ Conferir Leme (2014) para mais informações sobre as características do gênero biográfico em Suetônio.

características do pensamento político do autor. Pensamento, afirmamos aqui, que deve ser relacionado ao contexto por ele vivido quando do lançamento de seu escrito.

Infelizmente, o prólogo de *A Vida dos Doze Césares* foi perdido, dificultando maiores informações preliminares da nossa parte⁴. No entanto, João da Lúcia (490 – c. 575), lendo o trabalho de Suetônio, comentou (1812, p. 103) que o referido autor dedicou sua composição ao então prefeito do pretório, Septício Claro. Considerando que Septício exerceu essa magistratura, aproximadamente, entre os anos de 119 e 122 d.C., a obra de Suetônio foi lançada, invariavelmente, nesse período (WALLACE-HADRILL, 1984). Trata-se, assim, do início do principado de Adriano, governante romano entre os anos de 117 e 138 d.C.

Do ponto de vista de sua estrutura, não podemos deixar de constatar que Suetônio dedicou a maior parte de sua obra aos relatos biográficos de Júlio César, Octaviano Augusto e Tibério; ou seja, aproximadamente 47% do escrito⁵. Acreditamos que essa preferência de “visualização” indica a vontade do autor em estudar e demonstrar aquele que pode ser considerado o movimento histórico marcante ao período de finais do século I a.C.: o surgimento do Principado Romano, diante do esgotamento do modelo republicano⁶.

Por volta do ano 100 a.C., época em que nasceu Júlio César, o sistema de governo era designado “República Romana”. Tratava-se de modelo político específico, em vigor desde o ano 509 a.C., quando o último rei etrusco, Tarquínio, o Soberbo, acabou deposto e expulso dos territórios romanos. Quando de seu estabelecimento, a sociedade republicana apresentava determinadas características: os membros da tradicional aristocracia patrícia, cidadãos de posses, encontravam-se no topo. Eles controlavam os rumos da política, pois dominavam as instituições (especialmente, o Senado) e o exercício das mais importantes magistraturas, a exemplo do consulado. Os demais membros da sociedade, incluindo os plebeus enriquecidos (equestres) e os plebeus pobres (o povo), com o passar dos anos, acabaram lutando e conquistando frente aos patrícios vários direitos; apesar disso, não ocorreram grandes alterações na estrutura social romana. Roma, no desenvolvimento de sua República, ao mesmo tempo em que organizava e fortalecia a sua estrutura social, apresentou e levou adiante uma política externa de forte expansionismo. Consolidou a sua hegemonia em toda a Península Itálica no decorrer dos séculos IV e III a.C., inclusive conquistando as cidades de

⁴ O prólogo já não se encontra no mais antigo manuscrito da obra a que temos acesso, o chamado Fulda Codex, datado do século IX.

⁵ Elaborado a partir do seguinte número, aproximado, de palavras em latim em cada respectiva biografia da fonte: Julio César: 9.879 (13,91%); Otávio: 13.993 (19,70%); Tibério: 9.397 (13,23%); Calígula: 7.823 (11,01%); Claudio: 6.607 (9,30%); Nero: 8.006 (11,27%); Galba: 2.876 (4,05 %); Otão: 1.672 (2,35%); Vitélio: 2.416 (3,40%); Vespasiano: 3.226 (4,54%); Tito: 1.498 (2,10%); Domiciano: 3.607 (5,08%).

⁶ Ou seja, seu texto, a despeito da denotação de Cizek (1977), compreende uma forte dimensão ideológica.

colonização grega estabelecidas ao sul, região conhecida por “Magna Grécia”. Envolve-se numa disputa pelo controle comercial e político do Mediterrâneo na segunda metade do século III a.C., enfrentando a poderosa cidade de Cartago. Na ocasião, a Macedônia de Felipe V colocou-se ao lado de Cartago, no sentido de evitar um possível avanço romano ao Oriente também. Vitoriosa na disputa, Roma anexou os territórios vencidos. Regiões do oriente próximo, incluindo aquelas do reino de Pérgamo e do reino Selêucida, foram incorporadas.

Todo esse movimento de conquistas, levado a cabo durante vários séculos, teve impactantes efeitos no quadro político e social romano. Roma, antes uma pequena cidade italiana, ganhou prestígio, riquezas e passou a controlar um vasto e diversificado território, tornando o Mediterrâneo o seu mar. Não obstante, acabou encontrando sérias dificuldades de adaptação, tendo em vista que suas estruturas políticas tradicionais não foram planejadas visando essas novas circunstâncias. O exército, efetivamente o responsável pela proteção dos romanos, ganhou importância fundamental à época, e seus líderes começaram a se projetar cada vez mais no universo da política romana. Na passagem dos séculos II ao I a.C., intensificaram-se as disputas entre os membros da aristocracia pelas magistraturas, ocasionando graves rompimentos e conflitos entre os dirigentes da política. Foi nesse contexto de iminente “esgotamento” que viveu Júlio César, personagem que efetivamente contribuiu para o desencadeamento de sérias transformações na política romana.

A construção biográfica de Júlio César realizada por Suetônio, no entanto, acabou revelando, de modo direto e indireto, os vários aspectos negativos de sua personalidade, destacando o inapropriado de suas ações no poder. Em suma, não seria um bom exemplo político. Observaremos na sequência, questão de análise especial do presente artigo, o modo como Suetônio orientou e elaborou essa perspectiva, refletindo a respeito de como o autor, ao retomar o passado, estava pensando em seu presente⁷.

Logo ao início da narrativa, Suetônio comenta que Sila (138 – 78 a.C.), membro patricio e defensor da tradição romana, teria dito, seja por inspiração divina ou simples conjectura, que o jovem Júlio César algum dia se tornaria o motivo da ruína do partido dos melhores⁸ (Jul. I, 3). Ou seja, do próprio modelo republicano. Suetônio praticamente “antecipa” o futuro, construindo a partir das informações levantadas uma “expectativa” negativa em relação a Júlio César e suas futuras ações políticas em Roma.

⁷ Como edição da fonte, utilizaremos o volume I da obra *Suetonius* (1998). As citações foram abreviadas.

⁸ Conforme Renan Frighetto (2004, p.38), “as fontes clássicas romanas referem-se aos membros do senado romano como *senatores*, *patricii*, *potentes*, *boni*, termos que denotam uma superioridade política sobre o restante do corpo de cidadania, mas que também indicam uma supremacia social e cultural referendada pela ‘tradição ancestral’, definida pelos romanos como o *mos maiorum*”.

Mais adiante, a narrativa de Suetônio coloca Júlio César em Cádiz, cidade na província romana da Hispania Ulterior, atuando como questor e também, autorizado pelo pretor, administrando a justiça. Visitando o templo de Hércules ali localizado, Júlio César teria se deparado com uma estátua de Alexandre, o Grande. Depressa, se pôs a lamentar, culpando-se por sua enorme falta de presteza, tendo em vista que não havia conseguido realizar nada de memorável em uma idade na qual Alexandre já havia conquistado o mundo. E com todos esses pensamentos em mente, Júlio César teria decidido partir em direção a Roma, local onde procuraria, o mais rapidamente possível, melhores oportunidades de sucesso (Jul. VII, 1). Trata-se aqui de um interessante paralelo na construção de Suetônio, com possíveis desdobramentos de sentido. Podemos afirmar que a imagem de Alexandre, o Grande, esteve presente no imaginário político romano relacionada ao ideal de governante expansionista e conquistador, unificador e senhor do mundo⁹.

Na época do príncipe Trajano, Dião de Prusa (c.40 – c.120 d.C.) inclusive “toma a Alejandro como precedente a imitar por el emperador y lo presenta como una síntesis del héroe homérico y el Heracles estoico, que trabaja en favor de la humanidad a través de la conquista del mundo” (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p.78). De fato, foram vários os autores, gregos e romanos, que se colocaram a escrever sobre a vida e os feitos de Alexandre durante o Império Romano¹⁰. Porém, o monarca macedônio não recebeu apenas elogios: muitos também criticaram o seu comportamento, considerando Alexandre um déspota, um homem insaciável e cruel, a exemplo de Sêneca e Lucano (MOSSÉ, 2004, p. 182). Sua imagem, portanto, poderia ser explorada de modo positivo ou negativo. No caso de Suetônio, não acreditamos que tal referência seja apenas negativa; porém, não deixa de subentender a obsessão de Júlio César pela conquista, e consequente domínio sobre a tudo e a todos.

A sequência da narrativa reitera a mesma perspectiva. De acordo com Suetônio, Júlio César havia tido um sonho que o teria deixado confuso: nele, aparecia estuprando a sua própria mãe. Consternado, Júlio César imediatamente procurou uma interpretação para isso, e

⁹ Segundo o historiador Alejandro Bancalari Molina (2008, p. 243-244), “Con el advenimiento y la consolidación paulatina del régimen imperial, la *aemulatio* o *imitatio Alexandri* llegó a ser para muchos una verdadera añoranza. Ésta se presenta en una cuádruple perspectiva, es decir, Alejandro como modelo para cada mortal; para los monarcas de cada época; para otros grandes generales griegos y romanos y además en su calidad de visionario y constructor de un imperio universal. Con anterioridad al ascenso de Octavio Augusto, la imitación a Alejandro poseía una larga tradición que va desde Pirro, pasando por Escipión el africano, Lúculo, Pompeyo, Marco Antonio y Julio César, encarnándose en este último el modelo conquistador y político. Será a partir de Augusto que se consolida un clima favorable entre políticos, militares e intelectuales en la percepción de Alejandro como arquetipo a seguir, como conquistador del orbe, dueño del mundo civilizado (*kosmokrátor*) y creador de un nuevo orden. El ejemplo de su figura fue importante y ella se convirtió en un referente casi obligado para los escritores romanos de épocas imperiales”.

¹⁰ Dentre os diversos autores que se dedicaram à escrita da vida e da história de Alexandre, o Grande, destacamos os gregos Diodoro, Plutarco e Arriano, e os romanos Quinto Cúrcio e Justino/Trogo.

nutriu grandes esperanças pelo que então ouviu: ele, Júlio César, se tornaria no futuro o árbitro do mundo, pois a mãe que ele violara não era senão a própria Terra, considerada a verdadeira mãe de todas as criaturas existentes (Jul. VII, 2).

Suetônio projeta em Júlio César a imagem de um homem insurgente (Jul. VIII, 1) e conspirador (Jul. IX, 1). E nesse sentido, deixa claro a sua indisposição com o Senado, bem como em relação aos seus representantes. Afirma Suetônio, Júlio César teria decidido agir sempre no sentido de enfraquecer a autoridade dos “melhores”, de todas as formas possíveis (Jul. XI, 1). Exemplo disso ocorreu no julgamento da conspiração de Catilina¹¹. Suetônio assegura que Júlio César operou defendendo os sediciosos, posicionando-se contra a pena capital imposta a todos eles pelo Senado. Nesta ocasião, no sentido de fortalecer as suas convicções, Júlio César teria incutido entre os senadores o receio de que eles estavam se demonstrando muito severos, comportamento este que poderia ocasionar, por parte da plebe romana, o ódio contra todos (Jul. XIV, 1). Na aparente lógica do autor, Júlio César estava ameaçando o Senado através de uma possível “manipulação” do povo.

Júlio César, em 60 a.C., foi nomeado cônsul junto a Marco Bíbulo, candidato dos melhores. Não obstante, conforme Suetônio, acabou suprimindo o seu companheiro de magistratura. Relata o autor que Bíbulo, em certa ocasião, teria se oposto ao projeto de lei agrária indicado por Júlio César, tentando impedir sua promulgação¹²; alegava, pois, a existência de maus augúrios. Por essa oposição, Bíbulo acabou sendo expulso do Fórum, violentamente. No dia seguinte, consternado, Bíbulo apresentou uma queixa em relação ao ocorrido no Senado romano. No entanto, ninguém se atreveu a emitir qualquer comentário ou a propor qualquer medida. Por essas e outras repreensões, Júlio César teria reduzido Bíbulo a tal estado de abatimento que este se refugiou em sua residência até o final do mandato, limitando-se a manifestar sua oposição por meio de éditos (Jul. XX, 1).

Desde esse momento, reforça Suetônio, Júlio César teve em mãos o governo da República, administrando-a de acordo com a sua própria vontade. De tal forma isso era evidente que muitos homens da época, em tom de chacota, ao assinarem algum termo, não escreviam ao final do texto a frase “feito durante o consulado de César e Bíbulo”, mas sim “feito durante o consulado de Júlio e César” (Jul. XX, 2). Ora, como verificamos nesta

¹¹ Lúcio Sérgio Catilina (c.109 - 62 a.C.), patrício de família empobrecida, teria fomentado planos de sublevação contra República e planejado assassinatos contra membros consulares da sociedade política romana. Na contraposição a este personagem, ergueu-se especialmente Cícero, o qual em uma série de discursos (que foram chamados de as “Catilinárias”) argumentou contra as más ações de Catilina.

¹² Tendo recebido forte oposição no Senado, este projeto foi levado por Júlio César para a aprovação direta pelo povo, que se reuniria em assembleia. Esta lei agrária, seguindo o projeto apresentado pelo tribuno da plebe Públio Servílio Rufo, em 63 a.C., propunha uma redivisão de terras entre o povo.

passagem da biografia, havia para Suetônio uma tendência em curso, irreversível, em relação ao comportamento de Júlio César: a concentração do poder e o abuso de autoridade.

Suetônio caracteriza em Júlio César ações exageradas, desmedidas para o ambiente das relações públicas. Para o autor, todos evitavam contrariar o governante, temendo a sua resposta. Marco Catão, por tê-lo advertido, foi retirado da Cúria e levado à prisão. Lucio Lúculo, por sua resistência e falta de comedimento, acabou de tal forma amedrontado por Júlio César que imediatamente se colocou de joelhos perante aos seus pés (Jul. XX, 3-5).

Recebendo o apoio eleitoral do sogro, Lúcio Pisão, e genro, Cneo Pompeu¹³, Júlio César se lançou ao comando da província da Gália. Sugere Suetônio, estava à busca de triunfos, mas com forte interesse nos recursos e no ótimo posicionamento da região (Jul. XXII, 1). Acumulando vitórias, continua Suetônio, Júlio César atingira um alto grau de felicidade; e exaltou-se, inclusive, perante o Senado: bradou frente a todos que ele havia conquistado o que desejava, apesar da oposição e dos lamentos de seus inimigos. Acabou dizendo, nesta ocasião, que daquele momento em diante passaria por cima de todos (Jul. XXII, 2). Ouvindo isso, um dos senadores afirmou, em tom de ultraje, que tudo isso não poderia ser fácil para uma mulher¹⁴; ao respondê-lo, Júlio César, em tom de brincadeira, afirmou que também na Síria havia reinado Semíramis¹⁵, e que também as chamadas Amazonas haviam em outro tempo dominado grande parte de Ásia (Jul. XXII, 2).

De acordo com Suetônio, com grandes poderes na Gália, Júlio César não teria desperdiçado nenhuma ocasião de fazer guerra, fosse ela considerada injusta ou perigosa. Aparentemente sem motivos, atacava povos aliados, inimigos e selvagens. Diante disso, o Senado teria decretado o envio de uma comissão para investigar a situação das Gálias. Na proposta de alguns dos senadores, conforme Suetônio, indicou-se que Júlio César fosse entregue aos inimigos. No entanto, isso não aconteceu, pois o êxito de suas vitórias teriam garantido a ele, mais do que a qualquer outro general antes, gratificações religiosas mais frequentes e em maior quantidade (Jul. XXIV, 3). O Senado, portanto, no que transparece a construção narrativa de Suetônio, estava se vendo de mãos atadas, não conseguindo mais refrear as ações de Júlio César.

¹³ Júlio César casou-se com Calpúrnia (75 a.C. - ?), filha de Lúcio Pisão; e também casou sua filha Júlia com Cneo Pompeu, após ela ter repudiado seu então marido, Servílio Cipião; personagem, segundo Suetônio, que muito mais do que qualquer outro, havia ajudado Júlio César a combater Bíbulo.

¹⁴ Uma alusão ao comportamento “afeminado” de Júlio César, tendo em vista o rumor de seu possível relacionamento, no passado, com o rei Nicomedes, da Bitínia.

¹⁵ Na tradição mitológica, Semíramis teria reinado sobre as regiões da Pérsia, Síria, Egito e Ásia, tornando-se a responsável pela fundação da cidade da Babilônia e de seus jardins suspensos.

Completando nove anos de seu comando na região, Júlio César contemplou a transformação da Gália em província romana (Jul. XXV, 1). E nesse momento, começou a projetar um segundo consulado. Passou a agir, com esse objetivo, em ritmo de crescente liberalidade, por meio de gastos públicos e privados (Jul. XXVI, 2). Teria demonstrado, assim, grande solicitude em relação aos reis e às províncias da terra, buscando a estima de todos; e também, oferecia diversos presentes e adornava cidades, sem contar com a autorização do Senado ou do povo romano (Jul. XXVIII, 1). Foi quando, segundo Suetônio, todos passaram a se alarmar, questionando até que ponto essas manobras de Júlio César poderiam chegar. O cônsul à época, Marco Cláudio, anunciou que se encarregaria dessa questão, de importância vital para a República. Encaminhou ao Senado uma proposta de nomeação, antes do tempo previamente combinado, de um sucessor para Júlio César nas Gálias. Alegou, para tanto, que a guerra já havia acabado, prosperava a paz e o exército vencedor deveria ser licenciado. Marco Cláudio propôs também que a candidatura de Júlio César ao consulado fosse desconsiderada (Jul. XXVIII, 2).

Júlio César, diante desses agravantes, alarmou-se e passou a resistir com todas as forças, contando com o apoio dos tribunos e do outro cônsul eleito, Sêrvio Sulpício (Jul. XXIX, 1). Júlio César teria enviado cartas ao Senado solicitando que não fosse retirado o privilégio outorgado a ele pelo povo, ou seja, a possibilidade de se candidatar ao consulado mesmo estando ausente de Roma. Com a recusa de suas negociações, Júlio César se estabeleceu em Ravena, disposto a vingar pelas armas qualquer decisão mais severa que o Senado tomasse contra os tribunos¹⁶ (Jul. XXX, 1).

Para Suetônio, o pretexto oficial para a eclosão da guerra civil, acontecimento subsequente, teria sido toda essa situação. No entanto, o autor acredita que os motivos verdadeiros teriam sido outros (Jul. XXX, 2). Citemos aqui os principais. Para Suetônio, Pompeu teria repetido com frequência que Júlio César, ao não ter concluído as obras que começou, e por não ter conseguido satisfazer com seus próprios recursos a enorme expectativa popular criada em torno de seu regresso, agiu no sentido de a tudo perturbar e subverter (Jul. XXX, 2). Outros afirmavam, continua Suetônio, que Júlio César temia a obrigação de prestar contas a respeito de tudo que fizera no passado, especialmente durante o seu primeiro consulado; momento em que teria, supostamente, contrariado os auspícios, as leis e os magistrados. Marco Catão, inclusive, teria anunciado que apresentaria uma queixa contra Júlio César tão logo ele licenciasse o seu exército e, finalmente, voltasse a Roma como

¹⁶ Os tribunos estavam vetando, à época, a proposta de Metelo Cipião, em 49 a.C. Este havia solicitado que Júlio César licenciasse todas as suas legiões e deixasse seu comando, sob pena de ser declarado inimigo público.

um simples cidadão (Jul. XXX, 3). E por fim, dentre o que mais se afirmava naquele momento, Suetônio indicou o rumor de que Júlio César havia sido tomado pelo hábito do “comando militar”. O referido personagem, ao refletir a respeito de suas forças e aquelas do adversário, teria se aproveitado da ocasião para exercer um “poder absoluto”, algo que desejava desde a sua juventude. Para Suetônio, tal seria a opinião de Cícero. Este teria escrito no terceiro livro de *Sobre os Deveres* que Júlio César sempre citava alguns versos de Eurípides, traduzidos por ele mesmo: “Pois se tivermos de violar o direito, deve-se fazê-lo para reinar; e nos demais casos, pratica-se a retidão” (Jul. XXX, 5).

Na sequência desses acontecimentos, Suetônio alude à travessia do rio Rubicão, momento em que Júlio César decide partir em direção a Itália, lançando-se à sorte (Jul. XXXII, 1). Sobre os eventos da guerra, Suetônio é breve. Júlio César teria inicialmente avançado sobre Roma, reunindo ali os senadores, para que se tratasse dos assuntos relacionados à República; após, partindo para a Hispania, venceu o exército de Pompeu (Jul. XXXIV, 1). Este acabou sendo confrontado na Macedônia e finalmente derrotado na batalha de Farsália; em fuga, Pompeu encontrou a morte no Egito (Jul. XXXV, 1). Com este último acontecimento surge o desfecho dos conflitos civis à época¹⁷.

O que então Suetônio aponta para as subseqüentes ações de Júlio César? O que ele teria concretizado depois que seus adversários políticos já estavam derrotados? Júlio César teria promovido uma série de triunfos, jogos e comemorações, para na sequência se dedicar à organização da República. Imediatamente, procurou reformular o calendário, o qual se encontrava em estado de desordem (Jul. XL, 1). Teria completado os membros do Senado, escolhendo novos patrícios, e aumentado o número de pretores, edis, questores e de magistrados inferiores. Além disso, promoveu a participação do povo nos comícios: todos elegiam a metade dos candidatos, enquanto ele, a outra; designava os seus candidatos por meio de cartas dirigidas às tribos, nas quais se fazia constar por escrito: “César, ditador, a tal tribo...”¹⁸ (Jul. XLI, 1). Suetônio não deixa de comentar que Júlio César aproveitou esse

¹⁷ Segundo Pierre Grimal (1993, p.28), recusando-se a obedecer ao que lhe fora imposto, César “transpôs o Rubicão, o pequeno rio costeiro que formava, a sul, fronteira da província (a 11 de Janeiro de 49), e avançou sobre Roma. eclodiu a guerra civil. Contra César estava o Senado, reclamando-se na legalidade republicana. Mas verificou-se rapidamente que este argumento não atingia a massa dos cidadãos. Em primeiro lugar, na própria Itália, onde as cidades, ao longo do Adriático, abrem, umas após outras, as portas a César e aos seus lugares-tenentes, e depois nas províncias ocidentais, em Espanha, onde Varrão, lugar tenente de Pompeu, obtém sem dificuldade a sua rendição. César pode entrar em Roma e criar a sua própria legalidade”

¹⁸ Considerava-se a Ditadura uma das tradicionais magistraturas romanas. De caráter extraordinário, conferia uma autoridade excepcional para que o indivíduo escolhido fosse capaz de solucionar, em momentos de extrema gravidade, problemas políticos e militares na República; este cargo tinha duração máxima de seis meses.

momento e iniciou um programa de reformas administrativas, preocupando-se com o rigor na prática da justiça (Jul. XLIII, 1), com a segurança e conforto material (Jul. XLIV, 1).

Suetônio também abriu espaço em sua construção narrativa para se dedicar às características da personalidade de Júlio César. De modo inequívoco, ele teria demonstrado uma enorme qualidade na arte militar e na eloquência, igualando ou superando a glória de seus mais altos representantes (Jul. LV, 1); possuía notável experiência no trabalho com as armas e na equitação, resistindo à fadiga (Jul. LVII, 1); era de grande firmeza, ou seja, de constância em seu caráter (Jul. LXIII, 1); valorizava seus soldados não pelos costumes ou riquezas, mas sim pela força e coragem apresentadas, tratando-os com severidade e indulgência (Jul. LXV, 1); desde moço, tinha grande consideração e lealdade em relação aos seus clientes (Jul. LXXI, 1); demonstrava, em virtude de sua natureza, benevolência no momento em que tomava vingança (Jul. LXXIV, 1); e sua moderação e clemência foram admiráveis, durante todo o curso da guerra civil e após o seu fim (Jul. LXXV, 1).

No entanto, para Suetônio, todas essas qualidades não compensaram outros comportamentos por ele demonstrados. Em suma, atitudes que sugerem o quanto ele teria abusado do poder absoluto e merecido realmente a morte (Jul. LXXVI, 1).

De acordo com o autor, Júlio César não teria apenas aceitado honras excessivas, mas também o consulado contínuo¹⁹, a ditadura vitalícia²⁰ e a prefeitura dos costumes²¹. Teria adotado o prenome “Imperator” e o sobrenome “Pai da Pátria”²²; recebido também uma estátua sua entre os reis, e um trono na orquestra (Jul. LXXVI, 1). Da mesma forma, Júlio César teria permitido que a ele fossem atribuídos privilégios considerados superiores à condição humana, respectivamente: uma estátua de ouro na Cúria e outra logo em frente ao tribunal; um carro e uma liteira para as pompas circenses; templos, altares e estátuas ao lado dos deuses; um leito sagrado e um flâmine²³; um mês que fosse designado com seu nome; e também diversos cargos públicos, os quais ele sempre exerceu de acordo com a própria vontade (Jul. LXXVI, 1). Ademais, teria distribuído magistraturas para vários anos, concedido

¹⁹ Diz respeito ao seu terceiro e quarto consulados, respectivamente em 46 e 45 a.C.

²⁰ Júlio César foi inicialmente apontado ditador em 49 a.C., para presidir eleições. No entanto, resignou de suas funções em onze dias. Em 48 a.C., foi novamente apontado como ditador, por tempo indeterminado. Em 46 a.C., teve sua nomeação como ditador validada para o período de dez anos. De acordo com Gonzalo Bravo (1998, p.493), “Esta acumulación de títulos y poderes correspondía ya a una nueva época, a una nueva forma de gobierno que sólo mantenía – si acaso – los elementos formales de la tradicional, porque la naturaleza del poder ‘colegiado’ republicana se había transformado ya en un poder ‘personal’ cuasi-monárquico, si bien arropado todavía bajo la forma institucional de una ‘dictadura’.”

²¹ O próprio Júlio César deu a si a função de “Prefeito dos Costumes”, tendo as mesmas prerrogativas do magistrado censor. Através desse cargo, Júlio César pode preencher o Senado com seus partidários.

²² O título de “Pai da Pátria” foi conferido pela primeira vez a Cícero, por todo o seu empenho e luta contra a conspiração de Catilina. Esse título será concedido, posteriormente, a vários imperadores romanos.

²³ Em 44 a.C., juntamente àqueles três flâmines maiores, a saber, de Júpiter, Marte e Quirino.

insígnias consulares a antigos pretores e admitido no Senado pessoas gratificadas com o direito de cidadania, incluindo alguns gauleses semibárbaros (Jul. LXXVI, 3).

Suetônio, embora considerando as características positivas relacionadas a Júlio César, confere destaque aos seus vícios, revelando o seu pior comportamento: a tendência ao abuso de poder, ao despotismo. Elevando as suas críticas, Suetônio, apoiando-se no testemunho Tito Âmpio²⁴, comenta que Júlio César demonstrava-se cada vez mais insolente: dizia que a República não era mais nada, tornando-se apenas um simples nome, sem qualquer corpo ou figura; comentava que Sila não passava de um ignorante, tendo em vista que abdicou da ditadura; e passou a reivindicar que todos os homens se dirigissem a ele com mais respeito, considerando as suas palavras como lei (Jul. LXXVII, 1).

Para Suetônio, Júlio César teria chego ao extremo da arrogância durante a realização de uma cerimônia de sacrifício. Na ocasião o arúspice, ao verificar que o animal não possuía coração, anunciou a todos um mau presságio. Júlio César, presente na situação, imediatamente respondeu que os presságios seriam de bom augúrio quando ele bem entendesse, e que não se deveria considerar tal ocorrência um prodígio, pois se tratava simplesmente de um animal que não possuía coração (Jul. LXXVII, 1). No entanto, para Suetônio, um comportamento em particular demonstrado por Júlio César teria alimentado contra a sua pessoa um ódio implacável: estando diante do templo de Vênus Genetrix, ele não teria se levantado para atender aos senadores que vinham em sua direção. Senadores, inclusive, que traziam decretos que concediam à sua pessoa as mais altas honras (Jul. LXXVIII, 1).

Essa atitude, continua a narrativa de Suetônio, teria parecido ainda mais intolerável diante de outro acontecimento da época: Júlio César, durante um de seus triunfos, no momento em que passava diante dos assentos dos tribunos, teria se indignado ao não ver Pôncio Áquila levantado, da mesma forma que os outros. Perante essa situação, teria exclamado as seguintes palavras: “Tente, então, conseguir novamente de mim a República, tribuno Áquila!” (Jul. LXXVIII, 2).

Conforme Suetônio, após tamanha ofensa realizada contra a dignidade do Senado, Júlio César teria demonstrado atitude ainda mais arrogante. Voltando em direção a Roma após o sacrifício das festas Latinas, em meio a um clima de aclamações desmedidas e inusitadas, uma pessoa entre a multidão colocou acima de sua estátua uma coroa de louros, com uma

²⁴ Tribuno da plebe em 63 a.C., pretor em 59/8 a.C., procônsul na Ásia em 58/7. Partidário de Pompeu, teria lutado na guerra civil contra Júlio César.

faixa branca ao seu redor²⁵. Os tribunos da plebe, Elpídio Marcelo e Cesécio Flávio, observando a atitude, ordenaram que se retirasse a coroa, e que tal homem fosse preso. Júlio César, na perspectiva de Suetônio, afligido em relação ao pouco êxito de uma alusão à realeza, ou mesmo por não ter conseguido a grande glória de recusá-la, repreendeu aos tribunos e os destituiu de seus cargos²⁶ (Jul. LXXIX, 1).

E desde esse momento, sinaliza Suetônio, não teria sido mais possível ignorar o escândalo de que Júlio César havia pretendido o título de rei, ainda que ele próprio respondesse ao povo, diante de todos os seus clamores, que ele era “César”, e não rei. Inclusive, na celebração da Lupercália, teria novamente rejeitado o diadema que, diante da tribuna, o então cônsul Marco Antônio insistia em pôr sobre a sua cabeça; nesta ocasião, tomando o diadema em suas mãos, Júlio César propôs oferecê-lo a Júpiter Ótimo Máximo, no capitólio (Jul. LXXIX, 2). Suetônio, alimentando as suspeitas, também destaca o boato que teria se espalhado à época: Júlio César estaria planejando fugir em direção de Alexandria ou Ílion, transportando todas as riquezas da República; e tudo ele faria logo após ter esgotado a Itália com motins, entregando a administração de Roma aos seus amigos (Jul. LXXIX, 3).

De acordo com Suetônio, esse clima das animosidades despertou e motivou a ação de conspiradores. Estes, que até então se reuniam em pequenos grupos, uniram-se, considerando que até mesmo o povo não estava mais contente com a situação, rechaçando a dominação e reclamando por libertadores (Jul. LXXX, 1). Teriam conspirado contra Júlio César mais de sessenta pessoas, incluindo Caio Cássio, Marco e Décimo Bruto, os líderes do complô. Para o momento de execução, acabaram escolhendo a reunião do Senado na Cúria de Pompeu, marcada para os idos de Março (Jul. LXXX, 4). Júlio César, apesar dos maus presságios e das advertências que recebeu, teria entrado na Cúria sem demonstrar grandes preocupações (Jul. LXXXI, 4). Tão logo se sentou, no entanto, foi rodeado e assassinado pelos conspiradores, exclamando sua indignação diante da participação de Marco Bruto (Jul. LXXXII, 2).

Encerrando a biografia, após uma breve descrição do funeral de Júlio César, Suetônio relaciona diversas opiniões existentes à época a respeito das últimas ações do personagem. De acordo com o autor, Júlio César se comportara de modo que todos acreditassem que ele não pretendia viver por muito mais tempo, tendo em vista o enfraquecimento de seu estado de saúde: motivo pelo qual teria negligenciado,

²⁵ Configurava-se, portanto, em um dos signos da realeza.

²⁶ De acordo com Gonzalo Bravo (1998, p. 494), “el extinto régimen habría desembocado naturalmente en una auténtica ‘monarquía’ si el propio César no hubiera sido acusado de pretenderla cuando en febrero del año 44 exhibió una ‘corona’ en la celebración de los Lupercalia. Aunque ésta era en realidad el símbolo del ‘dictador perpetuo’, fue interpretado por algunos senadores como aspiración a la realeza e contraria a la res publica”.

espontaneamente, os presságios dos sacrifícios e as advertências de seus amigos (Jul. LXXXVI, 1). Muitos também acreditavam que o verdadeiro motivo de Júlio César dispensar os seus guardas hispanos seria uma excessiva confiança no último decreto do Senado, no juramento²⁷ realizado pelos senadores (Jul. LXXXVI, 1). Outros, pelo contrário, diziam que Júlio César preferia se arriscar frente aos perigos que o ameaçavam, ao invés de viver sempre angustiado e em guarda. Igualmente comentavam que Júlio César costumava dizer que a “República” teria mais interesse em mantê-lo vivo do que ele próprio, alegando o seguinte: ele há muito tempo já havia conquistado poder e glória, enquanto que a “República”, caso realmente algo viesse a acontecer com ele, não conseguiria permanecer em paz, sofrendo guerras civis de natureza muito pior (Jul. LXXXVI, 2). E ainda para alguns indivíduos, por fim, sua morte teria sido, mais ou menos, da forma como o próprio Júlio César desejara (Jul. LXXXVII, 1). Concluindo então a narrativa, Suetônio afirma que Júlio César morreu aos cinquenta e seis anos, incluído entre os deuses por vontade expressa do Senado e do povo (Jul. LXXXVIII, 1).

Suetônio, como observamos, dedicou-se a buscar diversas informações e ponderar a respeito dos vários momentos da vida de Júlio César, avaliando as suas ações. Trata-se de uma iniciativa, conforme ressaltamos anteriormente, de investigação a respeito sobre como ocorreu o surgimento do Principado, instituição que transformara o modelo político romano na passagem do século. Em suma, na construção biográfica de Júlio César, Suetônio destacou no personagem um comportamento um tanto quanto inadequado do ponto de vista político, em vários momentos da narrativa. Desde a previsão de Sila logo ao início, o futuro Júlio César é relacionado ao conflito com o grupo dos melhores, os senadores.

De seu intenso desejo em alcançar imensas glórias tais como as de Alexandre, o Grande, Júlio César chegou a ser declarado como um conspirador, um homem que ambicionava o poder, mesmo que para isso precisasse agir contra os senadores. Suetônio, de fato, não poupou ou amenizou Júlio César quanto aos inúmeros desentendimentos que manteve em relação ao grupo dos “melhores”, ou seja, contra aqueles que defendiam a continuidade do modelo republicano. Para Suetônio, Júlio César não possuía limites, e passaria por cima de qualquer pessoa para alcançar seus objetivos. Ora, quando o Senado, alarmado por todas as ações do personagem, movimentou-se decisivamente contra ele, Júlio César teria dado início à guerra civil, desejando apenas, na afirmação de Suetônio, a tudo

²⁷ Juramente público pelo qual todos os cidadãos se comprometeram então a zelar pela vida de Júlio César.

perturbar e subverter. Ele estaria, enfim, tomado pelo hábito do “comando militar”, buscando o “poder absoluto” para, efetivamente, “reinar”.

Suetônio, neste momento, importante destacarmos, relaciona a questão do “poder absoluto”, na expressão latina “*dominationis*”, ao exercício da própria realeza; ou seja, ao modelo de governo autocrático, despótico. Na sua origem, a expressão “*dominus*” identifica o papel desempenhado pelo “senhor” em relação aos escravos de sua residência. Trata-se aqui de uma clara relação de submissão, de clara obediência. Utilizada no contexto das relações políticas romanas, acaba ganhando um sentido pejorativo, indicando um comportamento incompatível do ponto de vista da tradição política romana, considerando sua estrutura republicana, colegiada. Os romanos mais tradicionais, membros do grupo dos “melhores”, os senadores, repudiavam a noção de “realeza” por sua relação com determinadas formas de “poder absoluto”²⁸. Suetônio, ao que verificamos, compartilhando desse universo mental, colabora para a manutenção desse pensamento político, e por isso mesmo ele critica Júlio César em seu desejo pelo poder. Motivo pelo qual, aliás, o personagem merecia morrer.

Devemos considerar que a referida construção biográfica atendia aos interesses políticos de Suetônio em seu tempo. Através de seu escrito, uma construção ideológica, reflexo de seu pensamento político, ele certamente desejava contribuir com algum tipo de discussão e reflexão. Na menor das possibilidades, a biografia de Júlio César subentende uma orientação em relação ao príncipe romano: este não deveria menosprezar ou atacar a sociedade política tradicional. Em outras palavras, a ele não caberia um poder absoluto, arbitrário e autoritário. Levantamos aqui a hipótese que esse recado foi dado, de modo sutil, ao príncipe Adriano, como forma de recomendação ou mesmo de crítica. Vejamos como.

Suetônio ganhou o seu espaço na administração romana contando com o apoio de Plínio, o Jovem (61 – 113 d.C.), amigo e possível patrono (Plin. Ep., I, 24, 4). Por sua vez, Plínio possuía uma relação muito próxima a Trajano, contato que oportunizou ao primeiro uma série de solicitações por meio da troca de favores (Plin. Ep., X, 94, 2). Podemos, nesse sentido, compreender que Suetônio compunha parte de um círculo político relacionado ao príncipe Trajano, daqueles homens de sua confiança. O grande problema do momento surge quando ocorre a transição no poder, na sucessão a Trajano.

Embora Adriano, desde a juventude, tenha recebido a tutela de Trajano (Hist. Aug., Ha., I, 4), se casado com a sobrinha deste e ganhado, por consequência, os mais diversos favores (Hist. Aug., Ha., II, 7), as duas principais fontes de informação do período, as obras

²⁸ Conforme Paul Veyne (2008, p.2), trata-se da “célebre aversão dos romanos à palavra ‘rei’: os romanos não eram escravos de um senhor, ao contrário dos povos gregos e orientais que conquistaram”.

História de Roma, de Dião Cássio, do século III, e a *História Augusta*, escrito anônimo, do século IV, constroem a perspectiva da possível ilegitimidade de Adriano no poder.

Dião Cássio é categórico ao afirmar que Adriano não foi adotado por Trajano, sendo ele um simples companheiro no cotidiano do então príncipe (Cass. Dio, 1.1). Ademais, sua ascensão ao principado teria ocorrido unicamente por conta de um estratagema armado por Públio Acílio Atiano, prefeito do pretório e seu protetor, e da Imperatriz Plotina, naquele momento apaixonada por Adriano. (Cass. Dio, 1.2). Quando ascendeu ao poder, Adriano teria ainda ordenado o assassinato de vários dos “melhores homens”, do início (Cass. Dio, 2.5) ao fim de seu governo (Cass. Dio, 17.2), acusando todos eles de conspiração. Ações, aliás, caracterizadas como injustas e impiedosas (Cass. Dio, 23.2).

Com relação à *História Augusta*, verificamos o mesmo tom²⁹. A narrativa sugere, contestando a nomeação de Adriano, que Trajano desejava indicar outro homem ao principado, Nerácio Prisco (Hist. Aug., Ha., 4.8); ou que talvez nem mesmo pretendesse nomear um sucessor, deixando ao Senado a escolha (Hist. Aug., Ha., 4.9). E novamente, teria sido Plotina a articuladora da ascensão de Adriano; seguindo ordens da imperatriz, um imitador teria sido encarregado de se passar e falar por Trajano, quando este já estava morto, indicando a adoção de Adriano (Hist. Aug., Ha. 4.10). Consta novamente que Adriano reprimiu conspirações contra a sua pessoa, retaliando e assassinando os acusados, todos ex-cônsules, abalando a opinião pública (Hist. Aug., 7.1-3). E se Dião Cássio atesta em Adriano uma ambição insaciável (Cass. Dio, 3.2), a *História Augusta* o considera cruel por natureza (Hist. Aug., Ha., 20.3), coagindo os membros da sociedade política (Hist. Aug., Ha., 23.8).

Pese a nossa compreensão em relação à parcialidade das fontes acima³⁰, elas claramente de perspectiva senatorial, não podemos deixar de levar em consideração um possível clima de disputas em relação ao principado após o falecimento de Trajano, em 117

²⁹ E como José Luiz Lopes Brandão esclarece (2011, p.9), trata-se da fonte mais importante para o estudo dos imperadores dos séculos II e III d.C.

³⁰ Conforme a historiadora Ana Teresa Marques Gonçalves (2011, p.45): “acreditamos encontrar na obra *História Romana* de Dion Cássio Cocceiano informações que nos permitem construir uma espécie de *ars gubernatoria* [...], isto é, um conjunto de conselhos referentes à habilidade de bem governar o Império, de conquistar a anuência das divindades e de convencer os súditos de que estaria no comando imperial o homem mais virtuoso e mais capaz de gerar um consenso mínimo possibilitador de manter a estabilidade institucional que, por sua vez, desencadearia uma época de abundância e concórdia. No imaginário político romano, as características de um governo se misturam intrinsecamente com os vícios e virtudes daqueles que exercem o poder, pois é a demonstração destas virtudes e/ou a sua ausência que norteia a ação a ser empreendida pelo soberano”. Por sua vez, a respeito da *Historia Augusta* e seu referencial ideológico, corrobora nesse sentido José Luiz Lopes Brandão (2011, p.13), através das seguintes palavras: “Virtudes como *uirtus*, *clementia*, *iustitia*, *pietas* reconhecidas e catalogadas na sequência do principado de Augusto, consagraram um ideal imperial que se vê que continua válido no momento da redação, para a apreciação do governo dos imperadores. E a perspectiva é claramente senatorial”. Também sugerimos conferir Birley (2008) para informações sobre as diversas fontes de estudo para o Principado de Adriano; e Leme (2016) para um estudo sobre a biografia de Adriano com base nas obras *História de Roma*, de Dião Cássio, e *História Augusta*.

d.C. O risco de uma guerra civil estava se tornando realidade, e Suetônio não teria deixado de perceber tudo isso, buscando também se posicionar e interferir na situação, ao seu modo³¹.

A leitura de *A Vida dos Doze Césares* ganha, dessa forma, uma dinâmica muito interessante, tendo em vista que revela as graves tensões existentes, no contexto político de inícios do século II d.C., em relação ao modelo ideal de governo que deveria ser assumido pelo príncipe romano. Suetônio, como verificamos em sua construção biográfica de Júlio César, entra nessa discussão ao debater um exemplo por ele considerado negativo. E para essa tarefa, como alicerce moral, se apoia nos referenciais morais da tradição republicana³².

Adriano, portanto, nessa possível indicação do autor, caso realmente desejasse apaziguar os ânimos, conciliar os diferentes grupos políticos em seu início de governo, deveria evitar um comportamento autoritário. E principalmente, não iniciar ou dar continuidade a qualquer confronto com os senadores. Caso o fizesse, poderia ter merecidamente o mesmo destino de Júlio César, a morte. A escrita biográfica de Suetônio, nessa perspectiva, com base no exemplo que demonstramos aqui, preserva a inteligibilidade de um discurso histórico, buscando despertar nos homens do presente um sentimento de “reflexão introspectiva” em relação ao passado, aos seus vários exemplos e referências de comportamento. Para que se tornasse um ótimo príncipe, Adriano deveria, especialmente, evitar o exemplo de Júlio César, se inspirando em outros governantes do período.

Fontes:

DIO CASSIUS. *Dio's Roman History*. Trad. Earnest Cary e Herbert B. Foster. Vol. I. The Loeb Classical Library. London: W. Heinemann; New York: The Macmillan Co., 1917.

LYDI, Joannis Laurentii. *De Magistratibus Reipublicae Romanae*. Vol.3. Paris: J.-M. Eberhart, 1812.

PLINY, the Younger. *Letters and Panegyricus I*. The Loeb Classical Library. London: Harvard University Press, 1972.

Scriptores Historiae Augustae. Trad. David Magie. v.1. The Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

³¹ De acordo com o historiador Domingo Plácido Suárez (2004, p.19), a definição do século II d.C. como “Idade de Ouro” depende tanto da historiografia moderna quanto da propaganda dos intelectuais orgânicos da época. Ou seja, devemos evitar compreender esse período desde o ponto de vista, somente, da estabilidade.

³² Conforme Maria Helena da Rocha Pereira (2002, p. 357), “os Romanos tinham como suporte fundamental e modelo do seu viver comum a tradição, no sentido de observância dos costumes dos antepassados, *mos maiorum*”. Ou seja, a tradição preservada e defendida pelos patrícios, a saber, os “melhores”, os senadores.

Suetonius. Trad. C. Rolfe. 2 vols. The Loeb Classical Library. London: W. Heinemann; New York: The Macmillan Co., 1998.

Referências bibliográficas

BIRLEY, A. Hadrian to the Antonines. In: *The Cambridge Ancient History: The High Empire, A.D. 70–192*. London: Cambridge University Press, 2008.

BRANDÃO, José L. Lopes. Condicionantes do tempo nas Vidas dos Césares de Suetônio. *Humanitas*. Coimbra, n. 58, p.133-155, 2006.

BRANDÃO, José Luís Lopes. *Máscaras dos Césares: teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2009.

CIZEK, Eugen. *Structures et idéologie dans "Les vies des douze Césars" de Suétone*. Paris, Paris, Les Belles Lettres, 1977.

FRIGHETTO, Renan. Algumas considerações: o poder político na Antiguidade Clássica e na Antiguidade Tardia. *Stylos*, v. 13, p. 37-47, 2004

GONÇALVES, Ana Teresa Marques . O Governo de Tibério e a Difícil Arte de Suceder Bons Imperadores. *De Rebus Antiquis*, v. 1, p. 44-62, 2011.

GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Trad. Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1993.

LEME, André Luiz. Ascensão de Adriano ao Principado e a ideia de "Idade de Ouro" dos Antoninos: uma análise da "História de Roma", de Dião Cássio e da "História Augusta". *Roda da Fortuna*. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval, v. 5, n.1, p. 142-160, 2016.

LEME, André Luiz. Considerações sobre o gênero biográfico em "A vida dos Doze Césares", de Caio Suetônio (século II d.C.). *Revista de História Helikon*, v. 1, n.1, p. 37-55, 2014.

MAIA, Eduardo Silva. *Ficção e História em De Vita Caesarum de Caius Suetonius Tranquillus*. Dissertação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

PLÁCIDO SUÁREZ, Domingo. Un Siglo de cambios. In: CORTÉS COPETE, J. M.; MUÑIZ GRIJALVO, E. (Eds.). *Adriano Avgvsto*. Sevilla: Fundación José M. Lara, 2004, p.17-33.

SOBRAL, Aldo Eustáquio Assir. *Suetônio revelado: o texto narrativo biográfico e a cultura política em 'As Vidas dos Doze Césares'*. Tese de Doutorado em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

VEYNE, Paul. *O império grego-romano*. Rio de Janeiro: Campus Editora, 2008.

WALLACE-HADRILL, A. *Suetonius. The scholar and his Caesars*. New Haven: Yale Univ. Press, 1984.

Recebido em: 18/09/2017

Aprovado em: 03/12/2017